

O PETROLEIRO

Edição 69 - Julho/Agosto de 2022

O jornal da categoria petroleira de Minas Gerais

www.sindipetro.org



**Gás de cozinha caro e carestia:
medidas eleitoreiras não resolvem!**

Artigo

Trabalhadores desrespeitados, população massacrada

A Petrobrás registrou um lucro líquido de R\$ 54,3 bilhões no segundo trimestre de 2022 e, em seis meses, R\$ 136 bi serão entregues aos acionistas. Mesmo com resultados extraordinários, a gestão bolsonarista na Petrobrás segue com preços altíssimos para gás de cozinha, diesel e gasolina, além de ameaçar a categoria petroleira com perdas salariais, retirada de direitos históricos e privatização.

Nas negociações do nosso Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), as duas contrapropostas apresentaram reajuste abaixo da inflação acumulada e cláusulas que prejudicam a categoria na ativa e aposentada, como a retirada da AMS do ACT e aumento do custeio para 50%, a retirada da garantia de emprego, entre outros. Sem fugir à luta, a categoria segue mobilizada por um ACT digno e contra a venda da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, inclusive em estado de greve aprovado em assembleias.

O Sindipetro/MG tem movimentado a categoria petroleira contra a venda da Regap e alertado a sociedade sobre as suas consequências. O Sindicato realizou, em julho, um ato unificado e participou de audiência pública, denunciando os riscos da sanha privatista do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Mesmo faltando pouco mais de dois meses para a eleição, o governo federal resolveu acelerar o processo de venda de três refinarias e ainda estendeu o prazo para que interessados na compra se manifestem. As refinarias Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco, Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, e Alberto Pasqualini (Refap), no Rio Grande do Sul, juntas têm 23% da capacidade de refino do país. Ao contrário do que os neoliberais de plantão alardeiam, a venda de refinarias não vai favorecer a competitividade do mercado e reduzir o preço dos combustíveis. No Brasil, as unidades de processamento de petróleo foram organizadas não de forma a concorrerem entre si, mas sim para garantir o abastecimento regional e de complementarem a produção de cada refinaria. A RLAM, por exemplo, após ser vendida não passou a concorrer com a Petrobrás, adotando uma estratégia para maximizar seus resultados financeiros.

O preço alto dos combustíveis tem sido a corda no pescoço de Bolsonaro. A solução para o preço abusivo da gasolina, diesel e gás de cozinha certamente não está no desinvestimento do refino, nem na redução de tributos que tira recursos da educação e da saúde. É bom lembrar que, com Bolsonaro, os preços dos combustíveis estão atrelados ao dólar e variam de acordo com a cotação do barril de petróleo no mercado internacional, o que inclui de modo artificial custos que não existiriam na produção de combustíveis feitos no Brasil.

Para melhorar sua imagem, Bolsonaro encaminha medidas eleitoreiras como a lei que limita o teto do ICMS incidente nos combustíveis nos estados e a “PEC Kamikaze”, distribuindo benesses às vésperas da eleição com a chancela de “estado de emergência” para fugir de consequências da lei eleitoral. Apesar das tentativas do atual governo, o impacto nos preços do gás de cozinha, do diesel e dos alimentos tem sido nulo, enquanto o país volta ao Mapa da Fome.

Em desvantagem nas pesquisas eleitorais, onde o ex-presidente Lula lidera, Bolsonaro se desespera e usa de artimanhas para tentar reverter o quadro, mesmo que para isso tenha que promover o caos no país. É preciso resistir aos retrocessos, atuando em todos os espaços para a reconstrução de um país mais justo, igualitário e democrático.



Privatização do pré-sal causa prejuízo de R\$200bi para o Brasil

No mês de julho, Jair Bolsonaro (PL) enviou, ao Congresso Nacional, o PL 1583/22. Se aprovado, o projeto de lei retira a obrigatoriedade do Estado brasileiro de aplicar o dinheiro do pré-sal às políticas sociais, como na área da Saúde e da Educação. A redação do projeto autoriza ainda que a União ceda, de forma integral, toda a sua parcela excedente do pré-sal. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) estima a perda de R\$200 bilhões para as políticas sociais.

Política de desgoverno

As perdas de receita da Educação não significam que Jair Bolsonaro não se preocupa com a Educação. O que os números demonstram é que ele se preocupa o suficiente para boicotar a Educação brasileira e todas as outras políticas sociais. Durante o seu governo, o MEC já teve cinco ministros. Todos envolvidos em escândalos.

A alta taxa de rotatividade nos cargos de gestão se repete em outras áreas, evidenciando a política do governo. Desde a sua posse, em janeiro de 2019, a Petrobrás já foi gerida por quatro presidentes. Pelo Ministério da Saúde, mesmo em meio a uma pandemia, já se passaram quatro ministros, sendo que o ministério já ficou sem liderança por mais de três meses.

Defender o Brasil

A história da categoria petroleira é repleta de exemplos de que é verdadeiro o mote “Defender a

Petrobrás, é defender o Brasil!”. Desde a campanha do “Petróleo é nosso!”, passando pela construção das refinarias nacionais e pela defesa da Petrobrás estatal, na década de 1990 e atualmente, a categoria petroleira luta por um projeto de Brasil soberano e industrializado. Retirar das políticas públicas, principalmente da Educação, os recursos do pré-sal, é também atacar o projeto histórico desta categoria. A produção petroleira no Brasil é, prioritariamente, para servir o povo brasileiro.

Privatização do pré-sal corta verba da Educação e Saúde

Veja oito motivos para lutar contra o PL 1.583/2022

1 – Defender o Fundo Social do Pré-sal, responsável por parte do financiamento das metas do Plano Nacional de Educação;

2 – Lutar pela recomposição das perdas impostas pelas leis 13.586/2017 e 14.052/2020, que isentaram em mais de R\$ 1 trilhão as petroleiras internacionais e fartiaram o Fundo Social do Pré-Sal, respectivamente, impondo mais perdas à educação;

3 – Impedir que os poços de petróleo e gás, ainda não explorados

na camada pré-sal, sejam privatizados a preços muito abaixo do mercado e sem destinação de recursos para a educação, a saúde e outras áreas sociais;

4 – Manter a Petrobrás na exploração da camada pré-sal, impedindo que sua privatização e flexibilização retire a soberania energética do país;

5 – Pressionar pela alteração da política de preços dos combustíveis no Brasil, pois a gasolina, o diesel e o gás de cozinha poderão ficar ainda mais caros com a privatização do pré-sal e da Petrobras;

6 – Impedir a privatização da PPSA. Se for privatizada, isso vai representar uma perda de recursos no médio/longo prazos, perda da capacidade de fomentar a indústria nacional por meio de uma política industrial que fomenta o conteúdo nacional e, por fim e não menos importante, perda do poder do Estado Brasileiro de controlar suas reservas de Petróleo e gás natural;

7 – Impedir o fim das vinculações ao Fundo Social do Pré-Sal que terá uma estimativa de perda de mais de 200 bilhões de reais. Recursos devem ser destinados para a educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura, esporte e meio ambiente;

8 – Lutar para que o PL não tire a Petrobrás da operação única do pré-Sal, pois está em risco o controle do governo brasileiro sobre a exploração, o que pode gerar sonegação de dados públicos e redução dos recursos para o Fundo, sem contar os impactos econômicos na redução da geração de emprego.

Política da fome

Gás de cozinha caro é o que mais pesa para as famílias pobres

Redução de tributos não resolve o problema de preços dos combustíveis

O Brasil voltou ao Mapa da Fome mundial, retrocedendo à década de 90. Mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau. São 33,1 milhões de pessoas que não têm o que comer, segundo pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), divulgada em junho de 2022. Houve um aumento de 7,2% desde 2020, e de 60% em comparação com 2018.

A população de baixa renda é a que mais sofre com a fracassada política econômica do governo Bolsonaro. Diante de um cenário de alta da inflação, sobretudo dos alimentos, do desemprego e da queda de renda da população, as medidas tomadas pelo governo para contenção da fome hoje são isoladas e insuficientes. Assim como as iniciativas para conter os preços da gasolina, diesel e gás de cozinha, que impactam a inflação e aumentam a carestia. As medidas do governo não atacam a raiz do problema e revelam-se de caráter eleitoral.

Com aumento acumulado de 60% de janeiro de 2019 a julho de 2022, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o preço do gás de cozinha (GLP) tira o sono das famílias brasileiras. Em Belo Horizonte/MG, o botijão de 13KG é vendido por uma média de R\$112,67 – valor equivalente a 9,3% do salário mínimo atual. Esses valores impõem que milhares

de famílias brasileiras tenham que escolher entre comprar o gás ou os alimentos para cozinhar.

O preço alto do gás de cozinha (GLP) leva algumas famílias a usarem lenha ou álcool para cozinhar, provocando aumento de acidentes domésticos. Em reportagem do portal Poder 360, o coordenador técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), William Nozaki, explica que a partir de 2016, com a política da Petrobrás de Preço de Paridade de Importação (PPI), o botijão de gás, assim como a gasolina e o diesel, veio sofrendo reajustes. Segundo ele, foi a partir desse período que a lenha voltou a ser mais usada que o gás de cozinha na matriz residencial.

Consumo de lenha

O aumento do consumo de lenha como fonte de cocção de alimentos teve o maior patamar dos últimos 12 anos, com o consumo de 24 milhões de toneladas, em 2021. “Isso foi provocado pela perda do poder de compra do salário e pelo aumento no preço do gás em função da PPI adotada pela Petrobrás”, diz Nozaki, na reportagem.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou que, de abril de 2021 a abril deste ano, o preço do botijão de gás aumentou mais de 32% no Brasil. O coordenador-geral do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori, explica que a alta no

preço do gás de cozinha é uma decisão política do governo federal, acionista majoritário da Petrobrás, e reflete a forma com que Jair Bolsonaro (PL) e Paulo Guedes tratam as pautas sociais. “O governo tem preferido gerar lucros exorbitantes aos acionistas, ao invés de utilizar a Petrobrás como instrumento de recuperação da economia brasileira e para diminuir a desigualdade social no país”, afirma.

Entre 2005 a 2010, a Petrobrás congelou o preço do gás de cozinha, que ficou abaixo de R\$40,00 e, ainda assim, a empresa teve lucro, em 2010, de 35,2 bi. Se, em 2022, a Petrobrás retornasse com a sua margem de lucro para 32%, ao invés dos atuais 48%, seria possível obter lucro comercializando o botijão de gás de cozinha por R\$60. Dessa forma, além de comercializar o produto por um preço menor para o consumidor, a empresa ainda estaria garantindo o seu lucro. Isso demonstra que é possível remunerar os acionistas sem virar as costas para a função social à qual essa empresa foi pensada e construída.

Medidas eleitoreiras

Bolsonaro se viu pressionado por sua base eleitoral a tomar medidas de caráter social para diminuir os impactos dos aumentos abusivos dos combustíveis. Inicialmente, sua narrativa foi a de não se responsabilizar, depois passou a culpar a Petrobrás, encenando preocupação a partir de sucessivas

trocas no comando da empresa, sem sucesso.

Com o apoio de líderes no Congresso Nacional, sancionou leis que alteram tributos e distribuem benesses, sem atacar a raiz do problema que é o PPI ou mexer com os acionistas privados da Petrobrás, entre eles os estrangeiros. Para a Carla Ferreira, socióloga e pesquisadora do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás

No dia 23 de junho, foi sancionada a lei complementar nº 194, que determina que estados limitem a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre 17% e 18% (alíquota mínima de cada estado) sobre produtos e serviços essenciais, entre eles combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

Perda de arrecadação

As medidas jogam a bomba para os governadores, que terão que arcar com as graves consequências para as contas públicas e a redução de investimentos em saúde, educação e segurança. Em Minas, o governador Romeu Zema (Novo) assinou o decreto para a redução do ICMS. Estima-se uma perda de arrecadação tributária anual de R\$12 bilhões, ou seja, uma perda de 15% na receita do estado. De acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a estimativa é de que a redução do ICMS pode retirar até R\$21 bilhões da educação no país.

“O governo nunca quis resolver o problema de fato. Não tem como tirar da cartola uma fórmula mágica. Bolsonaro toma medidas de forma abrupta, causando queda de arrecadação nos estados”, opina a pesquisadora do Ineep, Carla Ferreira. Segundo ela, o congelamento do ICMS é uma tentativa de evitar o aumento de alguns centavos, mas há outros elementos que continuarão puxando o preço para cima, como o preço do barril de petróleo no mercado internacional. “As medidas que envolvem mudanças na tributação não impactam o preço do gás de cozinha, porque as alíquotas desse produto já são inferiores a 18%. No diesel também são menores que esse percentual e o tributo federal (PIS/Cofins) já está congelado”, explica.

Na maior parte dos estados, o preço da gasolina teve queda. Quem comemora talvez não saiba que a economia no posto se dá às custas de recursos que não vão chegar às escolas e aos postos de saúde. “A questão que fica é o quanto os demais atores vão se apropriar dessa redução e em quanto tempo novos reajustes da Petrobrás irão anular essas medidas?”, questiona Carla.

Preço do botijão de gás aumentou mais de 32% no Brasil

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Natural e Biocombustíveis (Ineep), com o aumento da pobreza e do desemprego, as medidas tomadas por Bolsonaro têm o objetivo de amenizar a visão negativa da população sobre os problemas econômicos e sociais do país.

Mesmo com mudanças nos tributos e possíveis reduções, os preços dos combustíveis estão altos. “Os aumentos de preço dos combustíveis rebatem nos preços dos alimentos e as pessoas deixam de consumir. A tentativa de Bolsonaro é melhorar a sua imagem perante o eleitorado que se importa com a economia. Mas é bom lembrar que as medidas do governo vão somente até dezembro”, afirma.

O governo federal já zerou os impostos federais sobre o diesel e o gás de cozinha, com um custo de cerca de R\$20 bilhões e isso não resolveu o problema do preço dos produtos. Em março de 2022, foi sancionada a lei complementar nº 192 que zerou as alíquotas do PIS/Cofins do diesel até dezembro de 2022. Após esta medida, o preço do diesel nas refinarias da Petrobrás foi reajustado quatro vezes, o que fez com que não houvesse rebatimento da anulação do tributo na bomba, pelo contrário, os preços seguiram aumentando. Apenas em 2022, o preço do diesel nas refinarias da Petrobrás acumulou alta de 68%.



Julho é marcado por luta por direitos e contra a privatização

Para a categoria petroleira, o mês de julho foi marcado pela luta em defesa de direitos e pela permanência da Petrobrás no estado de Minas Gerais. A rejeição das contrapropostas indecorosas da Petrobrás para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e a defesa da Refinaria Gabriel Passos (Regap) estatal se tornaram exemplos da força de unidade da categoria petroleira.

Em julho, o Sindipetro/MG esteve à frente de duas linhas de combate. A primeira teve o objetivo de mobilizar a categoria petroleira e construir uma luta unificada contra a retirada de direitos. Para a categoria é fundamental a garantia de emprego e melhores condições de trabalho. E, em conjunto com os aposentados, lutar em defesa

da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS).

Em uma segunda frente, mais ampla, o sindicato intensifica o diálogo com a sociedade sobre os riscos e as perdas que a sociedade mineira terá que enfrentar com a venda de sua única refinaria. O Sindicato reforça a importância de manter a Petrobrás em Minas Gerais. Em locais de grande circulação da região metropolitana de Belo Horizonte, foram instalados outdoors e veiculadas peças publicitárias em rádios, além de notícias na mídia que repercutiram as ações da categoria.

Audiência Pública

A ameaça de privatização da Regap foi tema de audiência pública

na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, no dia 15 de julho. Como convidados participaram o coordenador geral do Sindipetro/MG, Alexandre Finamori, o coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Bacelar, o pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), Eduardo Costa, e o gerente geral de planejamento logístico da Petrobrás, Eric Marcos Futino.

Eduardo Costa citou vários dados técnicos. Segundo ele, se a venda da Regap for concluída será mais um monopólio privado, como acontece na RLAM, refinaria Mataripe, na Bahia. “Quem compra um ativo de bilhões, não vai investir”,



reforçou os argumentos contra a privatização. “Depois do golpe parlamentar de 2016, só sobrou a face privada na Petrobrás de maximização de lucro aos acionistas”, concluiu.

Ato na Regap

Em 18 de julho foi a vez de fazer um grande ato nacional contra a venda da Regap. Além de movimentos populares e parlamentares, estiveram na porta da refinaria representantes de 13 sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP), Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e centrais

sindicais (CUT e CSP Conlutas). Os participantes manifestaram repúdio às privatizações do Sistema Petrobrás, além de reforçarem a importância da permanência da empresa em Minas. “Para evitar que o processo de privatização avance com a assinatura, precisamos estar em luta e resistência. É importante que esse debate seja levado para aqueles companheiros que não participaram desse ato, para que todos se unam à essa luta e que cada trabalhador também compreenda o seu papel até o dia 2 de outubro”, reforçou o coordenador da FUP, Deyvid Bacelar.

Manifesto da categoria petroleira

Entre o golpe e a urna, votamos na urna! Em defesa das eleições!

Nós, petroleiros e petroleiras de todo o Brasil, de todas as regiões, de todas as cores, orientações sexuais, religiões e ideologias, manifestamos nosso apoio e nossa defesa incondicionais das eleições de outubro de 2022 e da democracia.

Está em curso uma tentativa de golpe em nosso país. Perpetrada pelo duplê de presidente da República, Jair Bolsonaro, e por sua cúpula governamental – gerais sem respaldo nas Forças Armadas, empresários entreguistas, neoliberais e fundamentalistas religiosos.

Ao que tudo indica, esse golpe passará pela fabricação e o manejo de caos social em meados de setembro, com posterior adiamento das eleições regulares de outubro de 2022 e, por fim, a intervenção nos demais poderes constitucionais da República e seu fechamento.

Não é por acaso que desde 2018, o presidente, então recém eleito, declarou, sem provas, que as eleições daquele ano foram fraudadas. Desde 2020, de novo e com muita força, mas nenhuma prova, ele espalha mentiras sobre as urnas eletrônicas. Desde 2021, ofende e difama as instituições do Judiciário, como o Tribunal Superior

Eleitoral (TSE).

Seus seguidores pediram um novo AI-5 e tentaram invadir o Supremo Tribunal Federal. E agora, em 2022, os gerais que se subordinaram ao presidente questionam o processo eleitoral, mesmo depois de 25 anos acompanhando, concordando e participando como suporte da execução das eleições.

Diante de embaixadores do mundo inteiro, no dia 18 de julho, Jair reafirmou suas falsas teorias sobre urnas eletrônicas e mais uma

vez agrediu o TSE e o STF. A ameaça de golpe em nosso país, portanto, é real. Mais que real: o golpe está em curso.

Relembrar é viver: as urnas eletrônicas estão em uso há mais de duas décadas, sem qualquer fato que coloque sua credibilidade em xeque. Os partidos políticos, a OAB, as universidades, os deputados e senadores, até mesmo os militares, todos sempre puderam acompanhar a programação das urnas, a verificação de seu funcio-

seus 200 anos de Independência.

A história brasileira registra episódios lamentáveis de autoritarismo, de supressão do povo enquanto poder político, de escravidão da vida humana, de destruição das florestas, dos rios, da terra e de desprezo pela natureza. São expressões dessas violações o massacre de indígenas, o genocídio da população negra, o estupro, o feminicídio, a violência doméstica contra as meninas e mulheres. O bando de Bolsonaro representa essa tragédia.

Contudo, a história brasileira também registra a força e a beleza da sobrevivência, da luta e da conquista, da vitória sobre a morte. Assim foram todas as revoltas e levantes contra a dominação, de Palmares a Tiradentes. Todas as greves, a conquista dos direitos, a superação da ditadura. A Petrobrás e a Eletrobrás. O SUS. Os direitos trabalhistas para as domésticas e a universidade para seus filhos e filhas. A FUP sempre esteve ao lado das trabalhadoras e dos trabalhadores nessas batalhas.

Mais uma vez, a marcha da história do nosso país nos conclama a assumir uma posição inequívoca: queremos o direito de viver! Que-

remos o direito de votar! E, sobretudo, queremos o direito de sonhar com tempos cada vez melhores e realizar todo o potencial das nossas capacidades.

Para isso, precisamos exercer e defender permanentemente nossos direitos civis, políticos e sociais. Defender a escolha pela vida, pelo debate, pelas opções. Pela voz.

Tudo o que a classe trabalhadora toca, muda. Assim, conclamamos a todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil; àqueles e àqueles que vivem do cultivo da terra, da operação das máquinas, da correria nas cidades; àqueles e àqueles que vivem de ensinar, de curar, de alimentar; todo mundo que escreve, que fala e que informa, a dizer: defendemos as eleições!

Estaremos nas ruas e nas praças, nas igrejas e nas fábricas, na televisão e na internet, combatendo qualquer ameaça de golpe no Brasil!

Em defesa da democracia, dos direitos, da soberania brasileira!

As urnas sempre foram seguras! Defendemos as eleições e o respeito incondicional à vontade do povo expressa nas urnas!

*FUP

Precisamos exercer permanentemente a defesa de nossos direitos civis, políticos e sociais

namento e o passo-a-passo da sua distribuição e operacionalização nos dias de eleição.

O voto impresso foi rejeitado na Câmara dos Deputados em 2021, no mesmo dia em que tanques de guerra combalidos e fumacentos circularam por Brasília, numa tentativa de intimidação que seria cômica, se não fosse preocupante. E

é por estarmos muito preocupados que precisamos reagir.

O plano de Jair e seu bando é à imagem e semelhança do que ocorreu com Marcelo Arruda – o petista e pai de família morto em sua festa de aniversário: um assassinato. O assassinato das eleições, da democracia brasileira, justamente no ano em que a nação comemora